

Sodré e a dialética da formação social brasileira

MARCOS DEL ROIO*

Introdução

Nelson Werneck Sodré foi autor de mais de quarenta livros, nos quais abordou as mais diversas facetas da realidade nacional, sempre com a perspectiva da totalidade histórica social e com a perspectiva do debate ideológico. Um autor tão prolixo e que produziu por cerca de seis décadas tem, por certo, uma trajetória complexa e dotada de uma particularidade iluminante da própria trajetória do marxismo no Brasil. A formação militar o colocara em contato com a filosofia positivista, presente no Exército desde a crise do escravismo e da monarquia. Com a rebelião da juventude militar nos anos 1920, sua orientação foi para a esquerda e para o antifascismo (Cunha, 2002).

No entanto, talvez se possa perceber em Sodré uma formação teórica afinada com o marxismo apenas em fins dos anos 1950, no período em que participou do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Nessa fase, sua interlocução com a intelectualidade que girava em torno do PCB também ficou mais próxima; ela foi ajudada ainda pela revista *Estudos Sociais*, fundada em 1958 e dirigida por Astrojildo Pereira.

Não resta dúvida de que, a essa altura, Sodré estava convencido de que os fundamentos teóricos plantados por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão sobre a crítica da formação social brasileira, ainda nos anos 1920, indicavam o caminho a ser trilhado e aprofundado na pesquisa. Sodré elaborou a sua interpretação da realidade histórica social do Brasil entre 1962 e 1965, com a publicação do que

* Professor Titular de Ciências Políticas da Unesp-FFC. E-mail: delroio@terra.com.br.

pode ser visto como uma “trilogia”. Nessa curta e intensa fase da vida social e política do país apareceram nas livrarias as seguintes obras: *Formação histórica do Brasil* (1962); *História da burguesia brasileira* (1964); *História militar do Brasil* (1965), todos publicados pela Editora Civilização Brasileira, de Ênio da Silveira. Note-se que aqui são citados apenas três dos nove livros publicados por Sodré entre 1961 e 1965 (Silva, 2008).

Assim Sodré, nesse período, se destacou como intelectual capaz de incidir amplamente no seio do chamado mundo da cultura e da política da esquerda, tendo na prática elaborado a visão que predominou no PCB, ainda que outros intelectuais dignos de nota e que militavam à esquerda tenham também oferecido contribuições importantes, como os casos de Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, Ruy Facó e Caio Prado Jr. Apenas este último, porém, é amplamente citado no livro de Sodré.

A vitória das forças conservadoras e a instauração da ditadura militar em abril de 1964 não diminuíram a disposição de Sodré para o estudo e a publicação, mas sua progressiva situação de ostracismo já havia começado a partir de críticas feitas à sua elaboração teórica e historiográfica. Pela “direita” e pela “esquerda”, Sodré sofreu críticas muito pouco generosas e com claro objetivo de disputa política e ideológica. Era preciso mostrar que o autor tido por principal ideólogo do PCB estava seriamente equivocado e que a ação política do partido, alimentada por essa interpretação de Brasil, fora responsável pela derrota dramática de 1964. As críticas mais acerbas relativas aos escritos de Sodré diziam respeito à existência de “feudalismo” e de uma “burguesia nacional”, de onde decorriam as acusações de ser fator de uma visão “evolucionista” e “etapista” da História, tal qual aquela definida pelo “stalinismo”.

Pouco se levou em consideração que Sodré fundamentou seus textos no conjunto da mais atual historiografia do seu tempo, marxista ou não, que era conhecedor exaustivo da produção historiográfica e teórica que tentou interpretar o Brasil, que buscou seus fundamentos teóricos na obra de Marx, em especial *O capital*, e de marxistas como Lenin, Rosa Luxemburgo e Lukács. Além disso, era conhecedor do debate entre historiadores hispano-americanos sobre a natureza das formações sociais do continente, que opunham interpretações da colonização entre um domínio feudal e uma empresa já capitalista.

A referência à edição chilena de 1955 da notável obra do peruano José Carlos Mariátegui, *Sete ensaios sobre a realidade peruana* (Mariátegui, 1978), pela primeira vez publicada em 1928, parece sugerir que Sodré tenha apreendido a particularidade da formação social brasileira a partir da elaboração de Lenin e Mariátegui. O primeiro havia abordado a particularidade russa no seu livro de 1898, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (Lenin, 1982) e tempos depois, em 1918, teve ocasião de se referir às diversas formas sociais que conviviam no país da revolução dos soviets (Lenin, 1977). Rosa Luxemburgo havia mostrado como o capital, na sua expansão imperialista, subsume formas sociais

de diversa natureza (Luxemburg, 1984). Mariátegui ofereceu um caso concreto de como formas sociais diferentes conviviam e se articulavam na experiência histórica da colonização espanhola no Peru.

Escravismo e feudalismo na colônia

Para Sodré era necessário identificar antes a natureza da forma social portuguesa para que se pudesse bem analisar a realidade da colonização. Não podia haver dúvida de que Portugal era um reino feudal, no qual predominava a nobreza da terra e o trabalho servil. A grande particularidade era que em Portugal havia se formado um grupo mercantil significativo por conta da situação geográfica e do papel assumido na distribuição de bens de uso vindos do Oriente.

No entanto, em vez de se debilitar, o domínio da nobreza em Portugal

se fortaleceu com as doações de terras conquistadas aos árabes. Os laços enfraquecidos pela luta militar voltaram a enrijecer-se. A conquista robusteceu-os, e a produção feudal se restabeleceu. Com o agravante de uma área escravista que vai aparecer no extremo sul. (Sodré, 1962, p.29)

Não resta dúvida, então, que “a empresa das grandes navegações ... foi obra específica do capital comercial, do capital ligado à circulação”, de modo que “o grupo mercantil teve papel de relevo, mas Portugal e Espanha eram países [...] em que as relações feudais eram absolutamente predominantes” (Sodré, 1962, p.15).

A discussão sobre a natureza das formas sociais advindas da conquista e colonização da América pressupõe o entendimento sobre a natureza das formas sociais ibéricas. Certo que o debate é complexo, mas se resume na questão da existência ou não de feudalismo naquela região e se o capitalismo (mercantil, por suposto) já tinha vigência ali. Sodré acompanha essa discussão com o que havia à sua disposição. Marx alimenta a sua orientação geral, mas também respeitáveis historiadores da época feudal, como Henri Pirenne, Henri Sée e Marc Bloch. A tendência era ver a França como um “tipo ideal” de feudalismo, mas Espanha e Portugal tinham a sua particularidade, mais acentuada ainda no caso luso.

Para Sodré, Portugal era um país no qual ainda predominava o feudalismo, mesmo que o grupo mercantil fosse forte e se aproveitasse do poder monárquico precocemente centralizado. Definido esse pressuposto, Sodré pode se agregar, mas de forma bastante crítica, àquela linha historiográfica presente no Brasil desde o século XIX, que entendia ser feudal o Brasil das origens. Nomes como Varnhagen e Capistrano de Abreu assim entendiam, como também Joaquim Nabuco e até José de Alencar. Os estudos jurídicos também chegavam a essa conclusão. Nessa explanação não há referência a outros autores marxistas seus contemporâneos, como Alberto Passos Guimarães, que trabalhava também com a hipótese do feudalismo colonial como uma generalidade na qual poderia se inserir o trabalho escravo (Guimarães, 1964).

Quando surge no Brasil a historiografia econômica, as posições mudam: Roberto Simonsen, o mais importante intelectual orgânico da burguesia paulista, entende ser Portugal e Brasil colonial de natureza capitalista. Caio Prado Jr., de maneira menos enfática, segue também essa linha, assim como Sergio Bagu assumia essa posição para o conjunto da América Latina. Celso Furtado, contudo, segue a tese do escravismo (Sodré, 1962, p.80-81).

Sodré descarta desde logo a tese do capitalismo, pois

os que apoiaram a tese da existência de características capitalistas na empresa da colonização foram levados a isso, certamente, pela confusão que reinou por longo tempo entre as noções da capital comercial, característica da fase mercantil, e capitalismo. Hoje, parece claro que, embora tenha contribuído para a transformação de que resultou o aparecimento do modo capitalista de produção, o capital comercial, como se apresentava na época da expansão ultramarina, estava longe [...] de caracterizar o referido modo de produção. (Sodré, 1962, p.82)

É a partir desse debate que Sodré assume parcialmente a tese do escravismo, proposta por Celso Furtado (1959) e, ao mesmo tempo, formula uma original visão sobre a formação social brasileira, que pode ter sido inspirada em Mariátegui (e respaldada por Lenin). Assim como Furtado, Sodré defende que o escravismo foi a forma socioproductiva predominante na época colonial, mas acaba por desenvolver também uma formulação sobre o surgimento e desenvolvimento de um particular feudalismo no Brasil, que apresenta duas características basilares: a de ser periférico e a de ser regressivo, o que dificultou sobremaneira a possibilidade de ele suceder o escravismo. Quando teve início o processo de conquista e colonização do território que viria a ser o Brasil, houve um esforço de transplantar a forma feudal prevalecente no Reino, como demonstra a legislação que implantou as donatárias como forma de ocupação territorial. Os donatários, como súditos do rei, recebiam privilégios, entre os quais a concessão de sesmarias. Vale lembrar que o território colonial era doação da Ordem de Cristo (herdeira dos templários).

No entanto, essa operação tornou-se inteiramente inviável, pois a terra mostrou ser de bem pouco valor porquanto não havia força de trabalho disponível para que fosse explorada. Os povos originários viviam em grupos tribais dispersos e fugiam com alguma facilidade, já que conheciam o terreno e se organizavam socialmente em torno de uma agricultura nômade. Decidiu-se então pela transposição de africanos, aproveitando-se de experiência pregressa de trabalho escravo feita no Sul de Portugal e da existência de escravidão na própria África.

O resultado foi que o feudalismo existente no Reino regrediu ao escravismo forjado na colônia. Iniciava-se assim a experiência histórica de um escravismo colonial, que tinha a sua produção voltada para o exterior, enquanto importava trabalhadores escravizados da África. A distribuição e a circulação do que era produzido

no Nordeste da colônia em direção ao reino português e à república holandesa eram obra e graça do grupo social mercantil, aquele que mais se beneficiava da colonização.

Contudo, não pode haver dúvida de que o trabalho escravo era o determinante fundamental da produção e de que isso identificava a natureza da formação social que se gestava na região Nordeste. Sodré recusa então as duas teses tradicionais da historiografia brasileira que predominavam por quase um século, ou seja, que a colonização lusitana teria consolidado no Brasil um regime feudal ou então um regime capitalista. A primeira vertente estaria equivocada por basear o seu argumento quase que apenas na legislação, e a segunda, por confundir capital comercial com capitalismo.

A consolidação do escravismo colonial dependeu sempre do capital comercial, mas com o passar do tempo acabou gerando na sua periferia uma zona feudal baseada no pastoreio, que ganhou autonomia e depois invadiu a própria zona escravista declinante, num movimento de regressão feudal. No entanto, ele lembra que

as relações feudais, por vezes, misturavam-se às escravistas. O proprietário do engenho era, por vezes, proprietário de grandes extensões do interior, obtidas à base do direito feudal, e detentor, por todos os motivos, de privilégios senhoriais. De cunho feudal era, ainda, a estrutura política e administrativa que a metrópole instalara. (Sodré, 1962, p.84)

Assim, a ação colonizadora inicial foi empreendimento do capital comercial findo em formas sociais feudais, que recriou formas escravistas e feudais na colônia. Já é possível perceber que, por feudalismo, Sodré entendia um conjunto de relações sociais hierárquicas fundadas na relação de dependência pessoal dentro de uma economia agrária com restrita relação de comércio. Ele estava, portanto, de acordo com a vertente historiográfica que entendia ser o capital comercial um elemento dissolvente do feudalismo e não um elemento constitutivo do próprio feudalismo, como se avalia hoje (Anderson, 1985), ainda que esse ponto possa ser contrastado em situações particulares. O escravismo era mais produtivo, envolvia maior contingente populacional e estava intrinsecamente vinculado ao capital comercial.

A crise do escravismo nordestino, em razão da concorrência criada no Caribe, obrigou o reino lusitano e a colônia à busca de adaptação às condições que gerariam o capitalismo na Inglaterra do século XVIII. Uma nova zona escravista teve origem nas Minas Gerais, exatamente em torno da atividade de mineração. De forma concêntrica, o feudalismo colonial era periferia do escravismo ou seu sucedâneo regressivo, o escravismo era periferia do reino feudal português e esse uma periferia do nascente capitalismo inglês, que era o destino final de grande parte do ouro garimpado no Brasil. O rápido declínio da coleta do ouro fez com que também essa área regressisse para condições feudais, que tenderam a se

generalizar no Brasil, exatamente no momento em que ocorriam as revoluções burguesas na Europa e América do Norte.

No Maranhão, em boa medida devido à revolução americana, surgiu outra zona escravista em torno da cultura do algodão, mas em grande parte do território que viria a ser o Brasil, predominava uma vida social que Sodré identificava como feudal, como desde o início teria sido a região de São Paulo e do Sul. A zona feudal tendia ainda a se estender por conta da crise da zona escravista do Nordeste, que tornou inútil a empreitada da escravização dos índios feita pelos paulistas na época da ocupação holandesa.

No alvorecer do século XIX, o território brasileiro era um aglomerado de zonas agrícolas e coletoras sem conexão e relação entre si, que buscavam a sobrevivência e a exportação daquilo que produziam, fosse chá, algodão, açúcar, fumo, couros, com base em trabalho escravo ou servil. Mesmo assim já se podia falar da existência de uma “classe senhorial” em contradição com a metrópole portuguesa.

A monarquia escravista

O impacto das revoluções burguesas rompeu a aliança dos senhores de terras, escravos e servos, no Brasil e América Latina, com os senhores feudais e comerciantes lusos e espanhóis, os quais foram substituídos pela burguesia inglesa, mesmo que os conflitos por conta da escravidão viessem a se suceder. O interesse da classe senhorial era favorecer a liberdade de comércio e preservar a escravidão, algo que se mostrou possível ainda por grande parte do século XIX. Assim, a ruptura com a metrópole portuguesa era de interesse da classe senhorial e essa conduziu o processo, tendo recebido o respaldo de uma camada média nascente, formada de comerciantes, funcionários, padres, letrados, militares e mesmo de trabalhadores livres. O processo emancipatório das colônias ibéricas estava englobado na revolução burguesa, mas não era, ele mesmo, uma revolução burguesa, ainda que recebesse os influxos ideológicos do liberalismo e do republicanismo.

No caso brasileiro, contudo, as tendências que defendiam mais agudamente essas posturas ideológicas foram derrotadas por falta de base social e a condução do processo coube mesmo à classe senhorial, que se mostrou capaz de preservar a ordem escravista e colonial, assim como de selar uma aliança com a burguesia europeia, em particular a inglesa:

Quando a classe dominante brasileira empresa a autonomia e a realiza com um mínimo de alterações internas, transfere, na realidade, da fase anterior à fase posterior uma estrutura colonial de produção. Tal estrutura decorrerá das condições vigentes na Europa ocidental no século XVI, particularmente do primado do capital comercial que, operando na esfera da circulação, oferecia a umas áreas o que outras se especializavam em produzir. A divisão que se opera à base do predomínio do capital industrial, quando a produção domina a circulação, é de outra natureza. Intervêm nela muito menos condições ecológicas que especializam determinadas

áreas geográficas na produção de determinadas mercadorias do que condições econômicas, que forçam a especialização independente de condições ecológicas. A especialização, assim, torna-se muito mais rigorosa e impositiva. A situação colonial, por isso mesmo, é muito mais caracterizada, no campo econômico, pelo modo de produzir mercadorias e pela escolha das mercadorias a produzir do que no campo político, pela subordinação a determinada metrópole. (Sodré, 1962, p.188-9)

A autonomia política e a implantação da monarquia escravista foram sucedidas por grave crise política e econômica. As rebeliões provinciais ocorreram num quadro no qual

A dispersão das zonas produtoras, a ausência de circulação interna, o declínio do mercado colonial consequente ao declínio da mineração, a variedade de atividades, a extensão geográfica são fatores negativos que a crise posterior à autonomia vem agravar. Em extensas áreas o modo escravista continuava intacto; em outras, implantava-se o modo feudal ou semifeudal que as isolava e estiolava. O fenômeno da regressão que acompanha o declínio minerador e abrange a extensa conquista territorial que o ouro motivara constitui outro aspecto negativo do quadro brasileiro. (Sodré, 1962, p.192)

Sodré observa então que a vasta área composta por Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás se embrenhava num feudalismo regressivo. No entanto, uma parte da infraestrutura ali gerada podia ser utilizada na produção do café, que começava a sua longa trajetória nos arredores do Rio de Janeiro, depois de um estágio no Pará. No Rio de Janeiro, no vale do Paraíba, estava a se gestar uma nova zona escravista, bem mais avançada que as outras áreas já em declínio e em processo de regressão feudal. Essa nova zona “será, assim, fundada na grande propriedade e no trabalho escravo. Permanecerá vinculada ao mercado externo, dando continuidade a uma estrutura colonial de produção” (Sodré, 1962, p.226).

O fato de não haver mais a mediação de uma metrópole permitiu significativo aumento da capacidade mercantil do escravismo brasileiro. A pressão inglesa provavelmente já havia feito alçar o preço do escravo, o que impulsionou o começo do tráfico interno, mas a expansão cafeeira aumentou também a demanda. Depois de 1850, com a lei de terras e a abolição do tráfico transoceânico de escravos, assiste-se ao fortalecimento dos grandes proprietários de terra e do capital comercial nativo, numa economia mais complexa e vinculada ao capitalismo inglês. A rigor, a acumulação de capital comercial só ocorre no Brasil depois de 1850, embora houvesse relação de troca entre áreas escravistas e feudais na época colonial. Nos anos subsequentes à abolição do tráfico interoceânico de escravos, muitos comerciantes adquiriram terras de proprietários falidos e puderam assim controlar a produção cafeeira do plantio à comercialização.

Então uma última zona escravista colonial havia se formado em torno da agricultura cafeeira no Centro-Sul, enquanto o Norte-Nordeste submergia na regressão feudal. Com o declínio geral do escravismo, a terra passou a ter um valor que antes não tinha, assim como se fortalece o capital comercial e o limitado mercado interno. A terra tem dono, mas não tem gente que a faça produzir, pois quem produz é expulso da terra ou submetido à servidão.

O capital agrário e mercantil se desenvolveu na agricultura do café principalmente, mas de maneira inteiramente subordinada ao capital inglês. Na medida em que o escravismo declinava, o Nordeste se encaminhou para a regressão feudal e o Sudeste rumou para a acumulação agromercantil do capital subordinada ao imperialismo, fase na qual o capitalismo se adentrava em fins do século XIX. Nota-se uma tendência forte à diferenciação no seio da classe senhorial e mesmo uma diferenciação social mais larga. A fase descendente do escravismo havia já começado, com a tendência à ampliação do feudalismo em toda parte. Aparece também uma fina camada de trabalhadores livres, mas Sodré lembra que esses existiram em diversas formas sociais.

Nessa diferenciação surgem muitíssimos agricultores e pastores isolados e sem direito à propriedade da terra. Certo que os escravos tendiam muito mais a serem redirecionados para uma condição de servo do que a de trabalhador livre, pela marca da cor e pelo que representa em termos de aviltamento do trabalho. Assim, a abolição da escravatura encaminhou a maioria dos ex-escravos para a situação de servidão.

Sodré se refere a Mariátegui em várias notas e lembra que, tal como no Peru, também no Brasil não poderia haver capitalismo sem burguesia e nem uma democracia liberal sem a solução da questão agrária. Apenas uma funda reforma agrária resolveria o problema do negro escravizado e dos servos, mestiços em maioria (Sodré, 1962, p.284 et seq.). E tal como no Peru, no Brasil se forma uma questão regional que viria a marcar a história do capitalismo, a questão nordestina, feita região periférica e subordinada ao Sudeste, mas se define também uma região agropastoril no Sul do país. Então, no começo do século XX, o Brasil comportava três grandes regiões socioeconômicas (e culturais): o Sudeste, onde se criavam as condições para o capitalismo na agricultura exportadora do café (a acumulação originária do capital restringida pelo vínculo imperialista); o Nordeste, onde as relações feudais haviam se generalizado, ainda que o surgimento das usinas de açúcar também indicasse a rota do capitalismo; e o Sul agropastoril, onde surgiriam as indústrias frigoríficas e o interesse pelo mercado interno.

Escravidão e feudalismo conviveram no Brasil por cerca de 350 anos, tendo sido sempre o escravismo a zona mais avançada e vinculada ao capital comercial, enquanto o feudalismo sempre foi periférico. Mesmo nas zonas declinantes de produção cafeeira, surgiam relações feudais na medida em que o escravismo se desintegrava. Sodré considerava não ser possível uma transição direta do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Mesmo nas novas áreas cafeeicultoras do oeste

paulista se intentou estabelecer relações de servidão, mas a luta dos trabalhadores erigiu-os em proletários.

Percebe-se assim como a busca de Sodré pela particularidade da formação social brasileira reveste-se de grande complexidade. Um reino feudal, no qual o grupo mercantil contava com forte presença, intenta uma expansão colonial mercantil, que de início deveria transplantar o feudalismo, mas mostrada sua impossibilidade, implanta uma forma escravista colonial, de que se desprende uma variante feudal, de tal modo que escravismo e feudalismo convivem e se completam.

A zona feudal era atrasada e periférica, mas avançava sempre que a zona escravista declinava, fosse essa agrícola ou mineira, num movimento de regressão feudal. O colapso final do escravismo tenderia a generalizar o feudalismo, mas isso não ocorreu por conta do ingresso do capitalismo na fase imperialista, que se acoplou como elemento dominante à agricultura mercantil do café, onde então surgiram as condições iniciais do capitalismo brasileiro, o qual fez as zonas feudais de apêndice e acabou por engolfá-las.

O início do século XX talvez tenha sido o ápice do feudalismo no Brasil, ainda que as relações sociais hierárquicas que lhe são inerentes não tenham jamais sido codificadas. As instituições do cariz liberal e federativo da República das oligarquias ocultavam as relações feudais que prevaleciam na maior parte do país. Apenas na região paulista do café e na região agropastoril gaúcha, por obra principalmente do imperialismo inglês, se disseminava a acumulação agrária e mercantil do capital, condição prévia para o aparecimento do capitalismo propriamente dito, considerando-se que os trabalhadores já estavam expropriados.

A característica essencial da forma social brasileira é, portanto, a persistente contemporaneidade do não coetâneo, realidade na qual a lógica histórico universal se reproduz, mas dentro de uma particularidade concreta bem determinada e mediatizada. O feudalismo brasileiro sempre foi uma forma social subsumida, ante o escravismo e depois o capitalismo, daí ter a sua existência desconhecida pela maioria dos historiadores e cientistas sociais.

No livro que tem sido a base dessa exposição, *Formação histórica do Brasil*, a crítica feita a Sodré, de considerar a existência de um particular feudalismo colonial, parece se reforçar pelo fato de esse autor apenas tangenciar a questão legislativa e a questão cultural, a dimensão da subjetividade. Há apenas algumas sugestões sobre as persistências e adequações das instituições e da ideologia feudal no Brasil, assim como sobre seus intelectuais (os clérigos). Nesse aspecto, sem dúvida, a ideologia feudal, sua visão de natureza e de transcendência, se sobrepôs até mesmo ao escravismo. Assim, o substrato economicista parece estar presente na obra desse escritor tão importante na trajetória do marxismo no Brasil (Weckmann, 1993).

A desintegração final do escravismo e o fim da monarquia, por ação dos militares, projetaram por um momento a perspectiva de uma revolução burguesa no

país, mas a burguesia era basicamente agromercantil e exportadora, convivendo bem com o feudalismo. O país se organizou em torno do predomínio do capital agromercantil no Sudeste, rodeado por extensa zona feudal periférica, garantida pela organização federativa do país.

Em *História da burguesia brasileira*, Sodré retoma a questão da convivência entre escravidão e feudalismo no Brasil, da dialética entre essas formas sociais surgidas na história em tempos diferentes. Afiança que “a ampliação da área em que se instalam relações feudais no Brasil é um processo que abrange a história do país desde o início da colonização quase, e chega aos nossos dias” (Sodré, 1964, p.29), mas também diz que “a dimensão máxima das relações feudais foi atingida, no Brasil, quando do declínio aurífero” (Sodré, 1964, p.33).

Diferentemente da discussão sobre a forma social colonial, Sodré dá relativa ênfase à questão da incidência da ideologia burguesa no Brasil, em particular no problema da liberdade de comércio, que selaria a aliança entre os proprietários de terras e escravos com a burguesia inglesa. Diz ele que, no entanto, “a situação impossibilitava dentro da estrutura vigente, uma evolução econômica capaz de gerar relações capitalistas e, em consequência, uma evolução social suscetível de permitir o aparecimento da classe burguesa” (Sodré, 1964, p.49).

A revolução burguesa no Brasil

A burguesia comercial surgira no Brasil nos anos 50 do século XIX, enquanto, na leitura de Sodré, a burguesia industrial aparece nos anos 1880, nos albores da fase imperialista do capitalismo e em meio à crise de agonia do escravidão, quando as relações de trabalho começavam a mudar da escravidão para a servidão e começava timidamente a surgir o assalariamento. A burguesia nasce do ventre do latifúndio mercantil e a essa força fica atrelada até os anos 20 do século XX, quando então se acentuam as contradições e conflitos de interesse da burguesia com o latifúndio e com o imperialismo, mas também as contradições intraburguesas. Estava assim posta a particularidade da burguesia brasileira e a atualidade da revolução burguesa.

A revolução burguesa no Brasil só arrancou com a chamada revolução de 1930, cuja ponta de lança foi a juventude militar rebelada, que se baseava nas reivindicações democráticas da pequena burguesia. Segundo Sodré, desde logo a burguesia passou a ganhar espaço e a avançar do ponto de vista econômico e social com a reformatação do Estado. No entanto, a pressão imperialista dos EUA, que agora se sobrepunha aos ingleses, somada à pressão do latifúndio, obrigou a burguesia a fazer uma recomposição com essas forças na forma institucional do corporativismo e com a faceta do Estado Novo. Para Sodré parece certo que “se o Brasil tivesse, na época, proletariado poderoso e organizado, possivelmente o caminho teria sido outro; [...]” (Sodré, 1964, p.302). Depois de 1945, o latifúndio exportador se reforçou e estabeleceu clara aliança com o imperialismo na defesa do chamado livre comércio, mas o interesse da burguesia estava no avanço das

forças produtivas e do mercado interno, para o que seria necessária significativa presença do Estado em setores estratégicos, como mineração e energia.

A interpretação de Sodré sobre a formação social brasileira tem evidentes implicações políticas, em particular sobre o período que sucedeu a morte de Getúlio Vargas. Para ele, a penetração imperialista na produção industrial e no mercado interno do Brasil aguçaria a contradição da burguesia nacional com o imperialismo e com o latifúndio feudal voltado para a exportação. A burguesia passaria a competir com o imperialismo pelo mercado interno e ambas essas forças poderiam se voltar contra o latifúndio improdutivo, já que ambos teriam interesse na expansão do mercado.

Assim, o elo frágil das classes dominantes seria o latifúndio feudal mais atrasado e à burguesia restariam duas opções: se respaldar nas forças populares e enfrentar o imperialismo ou então encontrar um meio de se acomodar com o imperialismo e o latifúndio ao preço de uma maior exploração dos trabalhadores. Como antecipara Sodré, a segunda alternativa teria condição maior de sair vencedora exatamente por ser o imperialismo a força maior à qual a burguesia entendeu ser mais conveniente se aliar de modo subalterno ao invés de tentar ser força dirigente de um povo/nação, por conta do risco de ser ultrapassada pelo proletariado.

Segundo Sodré, a contradição entre o avanço das forças produtivas e as relações sociais de produção existentes indicava a necessidade da transformação social no Brasil, mas tratava-se de uma “revolução burguesa na fase imperialista. Por isso mesmo o processo de transformações é diverso, e são diversos também os seus resultados”. Daí ser necessário “romper os laços de dependência com o capitalismo monopolista, para empreender uma política que permita, realmente, o desenvolvimento econômico do país [...]”; a contradição entre a nação e o imperialismo é fundamental (Sodré, 1962, p.396).

Mas quem é a nação? A nação se confunde com o povo. Na verdade, havia no Brasil uma revolução burguesa em andamento, que implica que também havia um povo/nação em construção. Não poderiam restar dúvidas de que o proletariado e as massas camponesas eram o fulcro desse povo/nação e mesmo que a maioria da pequena burguesia também nesse veio se postava. A questão era se poderia haver setores da classe dominante, da burguesia em especial, em condições de fazer parte do povo/nação.

A resistência da burguesia brasileira interessada no mercado interno tendia a ser quebrada pelo imperialismo com a

associação de interesses, desnacionalizando as empresas locais, na mesma medida em que, visando o mercado nacional de capitais, empresas monopolistas estrangeiras se “nacionalizavam”. Como o empresário nacional estava previamente inferiorizado para a importação de equipamentos, era compelido a associar-se a empresários estrangeiros monopolistas que para isso gozavam de privilégios. (Sodré, 1962, p.397)

Assim, parcela da burguesia brasileira se apoderava de nichos de produção e de circulação que eram complementares àqueles ocupados pelas empresas imperialistas, de modo que ambas as frações capitalistas se beneficiassem. Com isso era muitíssimo mais provável que a fração majoritária da burguesia se aliasse ao imperialismo no momento de fortalecimento da luta operária e popular.

Por outro lado, o contexto histórico mundial de recuo (que se mostrou apenas aparente) do capitalismo imperialista diante do avanço e consolidação da área socialista e diante da decomposição do sistema colonial fazia com que Sodré alimentasse muita esperança na possibilidade daquilo que chamava de revolução democrática burguesa de novo tipo. Essa revolução seria realizada por uma frente única de forças sociais e políticas interessadas na democratização das relações sociais e na ruptura com o imperialismo. China, Cuba, Argélia, mostravam que isso era possível. Essa frente única constituiria o povo/nação, mas a sua delimitação não é segura, nem permanente. A participação nessa coalizão de uma fração burguesa dependeria muito da ação política do núcleo proletário da frente, já que a questão era atrair parte da burguesia para figurar também como povo e impossibilitar que essa fração de classe se entregasse ao imperialismo e assim fortalecesse o campo adversário.

Não era, pois o caso de aguçar a contradição entre proletariado e burguesia, classes ainda em desenvolvimento. No movimento contraditório da formação social brasileira, era no conflito entre as frações das classes dominantes que se devia concentrar a atenção. Sodré completa:

A contradição fundamental, assim, é entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos que se desenvolve paralela e intimamente associada à contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra que as entrava. (Sodré, 1962, p.403)

No momento em que Sodré redigia os textos aqui referidos, o avanço do movimento popular era notável e contava no governo com a fração da burguesia ligada ao mercado interno e à produção agropastoril, em conflito com a presença imperialista. A questão política da conjuntura, para a qual o PCB prestou pouca atenção, era denunciar e enfrentar a articulação militar e imperialista voltada para o golpe de Estado, muito mais do que apontar as “vacilações” do governo nacional burguês de João Goulart.

Mas Sodré tenta uma análise mais funda e complexa das contradições presentes na conjuntura 1961-1964. Ainda que insistisse na existência de uma contradição da burguesia industrial com o latifúndio, por conta do interesse em aumentar o mercado interno, ele anotou que a pressão sofrida pela burguesia por parte do imperialismo, aliado histórico do latifúndio exportador, e por parte do proletariado, faria com que as possíveis reformas no campo ficassem muito aquém do interesse da própria burguesia, cuja “tendência é, pois, realizar aquelas alterações

em termos ainda mais tímidos do que aqueles que presidiram o seu avanço na Alemanha e na Itália, em termos de absoluta segurança para o seu destino como classe” (Sodré, 1964, p.354).

Por outro lado, o Brasil encontrava-se

numa fase em que o imperialismo começa a abandonar a tradicional aliança com o latifúndio, que sabe condenado e se esforça por estabelecer ou consolidar uma aliança com a burguesia, dificultada pela existência de contradições que a separam desta. E a política da burguesia, em relação ao imperialismo, varia entre a resistência e a conciliação, ora preponderando uma, ora outra. (Sodré, 1964, p.358)

No começo dos anos 1960 estava aberta a disputa pelo mercado interno brasileiro, que se ampliava de modo significativo. Setores das burguesias imperialistas e frações da burguesia brasileira disputavam essa área de acumulação atritando ou compondo interesses entre si. Não é razoável dizer que a burguesia brasileira em bloco tenha concedido a integração com a burguesia imperialista sem lutar, sem negociar o seu próprio espaço. A questão que se colocava então para a burguesia, na análise de Sodré, era quanto as forças nacional/populares poderiam servir de respaldo à burguesia nessa contenda sem que se corresse o risco de ela própria ser ultrapassada pelo movimento popular na luta por um Estado nacional democrático.

Conclui Sodré que num país de capitalismo dependente em desenvolvimento e que contava já com a burguesia mais forte da América Latina e talvez de toda a zona dominada pelo imperialismo, era razoável pensar que uma parte dessa burguesia, por conta de seus interesses particulares de classe, poderia se decidir pelo enfrentamento contra o imperialismo e vir a compor o povo/nação que se formava, o que a obrigaria também a se defrontar com mais decisão com o latifúndio. A análise concreta da situação concreta apontava enormes dificuldades para a realização dessa cena, mas pela qual valeria lutar.

Sobre a política operária e camponesa, Sodré observa que deveria se conduzir pela prioridade da questão democrática, a qual se vincularia a pequena burguesia e a burguesia por meio da questão nacional. Enfim, a revolução que se desenrolava no Brasil era burguesa e democrática, pois que se tratava de desenvolver as forças produtivas e de resolver a questão nacional e a questão agrária. O objetivo imediato seria o de instaurar um capitalismo de Estado, com a forma de uma democracia popular na qual a direção da vida social estivesse em disputa entre o proletariado e a burguesia nacional, durante a qual poderia ser aberto o horizonte do socialismo, com a ajuda de um fortalecido campo socialista na cena internacional.

É bastante provável que as experiências tentadas na Europa oriental depois da Segunda Guerra Mundial, assim como as formulações de Dimitrov e Togliatti, servissem também de substrato de reflexão sobre a particularidade brasileira. No entanto, Sodré tinha clara a debilidade organizativa do movimento operário e camponês, sugerindo nas entrelinhas que seria a pequena burguesia e a esquerda

militar a cumprir um papel inicial de vanguarda no contexto da frente única, para só mais tarde a classe operária assumir a hegemonia. A rigor era essa a orientação política do III congresso do PCB e da formulação política de Astrojildo Pereira e Octavio Brandão, já no fim dos anos 1920.

A talvez muito excessiva aposta na chamada burguesia nacional viesse de que

em países como o Brasil, a fraqueza do movimento democrático está no baixo nível de organização da classe operária, no atraso do campo e na deficiência de unificação entre a classe operária e as outras classes e camadas que, na atual etapa histórica, constituem o povo brasileiro. (Sodré, 1962, p.404)

Sodré ainda destacava a centralidade da questão democrática, considerando que a democracia é o caminho apropriado para o desenvolvimento da revolução nacional/popular no Brasil. Mesmo com a acachapante derrota do movimento democrático e popular em abril de 1964, ele persistiu em defender sua tese sobre a natureza da formação social brasileira e a teoria da revolução democrática de novo tipo no Brasil, país no qual se desenvolvia, ao modo prussiano, um capitalismo dependente e no qual a burguesia já era classe dominante junto com a oligarquia agrária de origem feudal, de modo que persistia o “bloco feudal-burguês”, ainda que em crise e que o elemento feudal estivesse sempre mais perto de se fazer burguesia agrária.

A derrota política, que redundou na instauração de uma ditadura militar burguesa, agravou-se muito com a derrota ideológica que se seguiu frente a formulações liberais e mesmo frente a formulações advindas da esquerda. As críticas que se seguiriam com força sobre a obra de Nelson Werneck Sodré foram centradas na tese da existência de uma burguesia nacional e na existência/persistência de relações feudais. Essas foram as críticas mais sérias, mas abundaram achques que distinguiram Sodré como autor que teria elaborado, junto com o PCB, uma visão etapista, evolucionista e doutrinária do processo histórico. Nada mais falso, pois ele nunca foi um dogmático e sua elaboração teórica e política é baseada em tendências e na correlação de forças existentes dentro de um processo histórico.

Do ostracismo ao retorno

A derrota política do movimento operário e popular, em abril de 1964, e a instauração de uma ditadura que se arrastou por duas décadas provocaram mudanças de ordem cultural e intelectual de proporções, incluindo alterações substantivas na interpretação da formação social brasileira, do Estado e do poder político. Nesse processo, a obra de Sodré foi relegada ao ostracismo. A crítica, pela esquerda e pela direita, às diretrizes do PCB, que seguiam a leitura de Sodré em relação à questão do feudalismo e da burguesia nacional, se avolumou muito.

Na verdade, a crítica mais bem-sucedida veio de outro intelectual militante do PCB, que alimentava fazia décadas uma interpretação de Brasil um tanto di-

ferente, em particular quanto às duas questões acima lembradas. O livro de Caio Prado Jr. *A revolução brasileira* (1966) abriu um caminho curioso, que levou esse autor ao ambiente universitário no qual sempre estivera em suspeição, e ofereceu argumento para desapiedada crítica ao PCB.

Assim, nos anos 1970, a tese de um Brasil forjado desde o início como componente do capitalismo em desenvolvimento veio a predominar, principalmente a partir de escritos produzidos no Cebrap (fundado em maio de 1969) e na USP, como aqueles de Francisco de Oliveira, de Fernando Novaes e Fernando Henrique Cardoso. O resultado foi que a hipótese de um feudalismo colonial foi descartada, assim como a ideia de uma fração burguesa com interesses antagônicos aos do imperialismo. De fato, já em 1963, Fernando Henrique Cardoso havia tentado mostrar como a burguesia brasileira contava com interesses complementares aos do imperialismo (Rodrigues, 2012). Com esses elementos em vista, a chamada Escola de Economia da Unicamp preferiu observar a força da burguesia brasileira, ainda que esta não tivesse como se emancipar do imperialismo e menos ainda vir a participar de um processo revolucionário. Seu destino estaria garantido pela aplicação de uma política de marca keynesista, por meio da qual poderia se fazer hegemônica (Arruda, 2012).

Uma leitura pela esquerda, inspirada em Caio Prado Jr., foi feita por José Chasin, o qual entendeu ser o Brasil moderno um capitalismo revestido de uma autocracia burguesa, considerando que a burguesia, pressionada pelas massas e vinculada ao imperialismo, não poderia subsistir sem reproduzir o seu poder autocrático (Chasin, 1979). Pouco antes, em 1977, Jacob Gorender apresentou sua tese de que no Brasil havia se criado um modo de produção inteiramente novo e original, dotado de leis próprias, o escravismo colonial. Curioso que pareceu que uma crise de amnésia atingiu o debate de modo a ninguém mais lembrar que fora Sodré o primeiro a falar de escravismo colonial e o primeiro a falar de via prussiana para interpretar o Brasil.

No campo teórico e cultural do marxismo essas vertentes passaram a predominar: uma delas, nada nova, afirma que o Brasil nasceu no contexto do mercado mundial e do desenvolvimento do capitalismo como centro produtor de mercadorias destinadas à exportação; a outra observava o Brasil como uma região de amplo predomínio de relações escravistas de produção, que se tornaram capitalistas com o colapso da escravidão. A tese do feudalismo estava finalmente descartada por unanimidade.

Entre 1969 e 1984, relegado ao ostracismo, Sodré publicou apenas um pequeno livro de *Introdução à geografia* (1976). Com o fim da ditadura militar, voltou então a publicar bastante, com vários pequenos livros sobre aspectos da história contemporânea do Brasil (mas não só). Passou a rebater as críticas ou mesmo de notar que ideias novas na verdade eram mais antigas. Rebateu também críticas vulgares e desabonadoras em vários escritos, mas vale destacar o livro de 1990, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, no qual ele reafirmou suas teses

fundamentais, assim como apontou como insustentáveis as teses revisionistas afirmadas nas duas décadas precedentes.

Ele também destacou a importância de levar em consideração o desenvolvimento desigual, que implica a heterocronia e a transplantação de povos da Europa (como senhores) e da África (como escravos). Importante também é considerar que usamos linguagem conceitual elaborada em outros lugares e em outros tempos e que o processo de tradução dessa linguagem não é coisa simples. Daí ele afirmar que

É o uso de raciocínios paradigmáticos que induz ao erro ou à deformação. O raciocínio dialético exclui o uso de paradigmas e se estabelece pela obediência ao método, respeitadas as relações dialéticas entre universal e particular. (Sodré, 1990, p.10)

O que definiu a particularidade brasileira foi o escravismo que aqui se implantou segundo o exemplo já existente do sul de Portugal e das ilhas atlânticas. Baseado no trabalho de africanos transplantados, o escravismo brasileiro, voltado exclusivamente para o mercado externo, era a dimensão particular da forma social brasileira, constitutiva da dimensão universal da acumulação primitiva do capital. Mas essa dimensão não era a do capitalismo, que não existia, mas ainda do feudalismo todavia predominante na Europa.

Sodré também reafirmou sua tese da presença de relações feudais no Brasil e insistiu que a incompreensão da relação entre universal e particular é fonte de equívocos. Se o escravismo é mais evidente, até por conta da referência ao escravismo greco-romano, o feudalismo é historicamente muito mais heterogêneo e mascarado. No Brasil, “haveria que considerar, para definir a relação feudal, não apenas a renda, mas o laço de dependência pessoal” (Sodré, 1990, p.21).

De fato, ao contrário do escravismo, que exige o controle absoluto da força de trabalho, no feudalismo a posse da terra é essencial para a submissão da força de trabalho definida por relações de dependência pessoal. Esse seria o motivo decisivo da necessidade de romper o estatuto do monopólio da terra no andamento de uma revolução democrática. No Brasil, “de modo mais amplo, é possível distinguir as relações feudais originárias, isto é, datadas dos primeiros tempos, e aquelas que surgiram da decomposição do escravismo” (Sodré, 1990, p.23), assim como se pode afirmar que “tanto houve escravismo e passagem ao feudalismo, quanto feudalismo e passagem ao capitalismo” (Sodré, 1990, p.25).

O mosaico da realidade brasileira apresenta dificuldades também na apreensão da particularidade da revolução burguesa no Brasil. Percebe-se que o capitalismo nasceu do complexo agroexportador cafeeiro, que pariu uma burguesia covarde, “que prefere transigir a lutar, débil e por isso tímida, que não ousa apoiar-se nas forças populares a não ser episodicamente, que sente a pressão do imperialismo, mas receia enfrentá-la, pois receia mais a pressão proletária” (Sodré, 1990, p.30).

Nota ainda Sodré que “os recuos a formas ditatoriais e a regimes de tipo fascista são os recursos de que se vale a burguesia, pressionada pelo imperialismo, para assegurar a via prussiana e a exploração cômoda e pacífica da força de trabalho” (Sodré, 1990, p.31). Essa via preserva o arcaísmo da nossa formação, a miséria das massas, a permanente acumulação primitiva do capital, enquanto a burguesia compõe com o imperialismo e com o latifúndio.

Mesmo no final dos anos 1980, com um Brasil sendo tido por muitos analistas como um país moderno e plenamente capitalista, Sodré insistia ainda na possibilidade de a burguesia aparecer como força progressiva na sua luta pela sobrevivência e contribuir para a solução da questão agrária e da questão nacional, que continuavam a manter o Brasil preso aos grilhões do passado. Sem esquecer, é claro, a questão democrática, essencial para a luta proletária por sua emancipação.

As razões para essa persistente ilusão não fazem parte da discussão aqui proposta, a qual apenas buscou esclarecer pontos definidores de uma interpretação do Brasil que pode ser considerada clássica em relação as que predominaram e predominam desde fins dos anos 1960. A obra de Sodré vem sendo aos poucos resgatada do seu ostracismo, sugerindo que as novas verdades absolutas da historiografia e da ciência política brasileira podem ser fundamentamente questionadas.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARRUDA, P. F. *Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- CUNHA, P. R. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- CUNHA, P. R.; CABRAL, F. (orgs.). *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1959.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Editora Fulgor, 1964.
- LENIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Editora Abril, 1982.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Editora Abril, 1984.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PRADO Jr., C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RODRIGUES, L. S. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo (1958-1978)*. Tese (Doutorado). FFLCH-USP, 2012.
- SILVA, M. (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SODRÉ, N. W. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WECKMANN, L. *La herencia medieval del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

Resumo

Este artigo estuda a teoria do Brasil desenvolvida por Nelson Werneck Sodré no primeiro lustro dos anos 1960. Sodré desenvolveu uma complexa e sofisticada teoria em busca da compreensão da realidade brasileira e de sua dinâmica histórica. Tratou enfim de deslindar a particularidade histórica da formação social brasileira, da necessidade da revolução, sua natureza e forças motrizes. Frente o senso comum que se formou, com a mais grosseira distorção do pensamento desse autor, parece importante uma exposição sintética que busque esclarecer a realidade apresentada em suas obras mais importantes.

Palavras-chave: escravidão, feudalismo, capitalismo, imperialismo, revolução.

Abstract

This article deals with rescuing Brazil's theory developed by Nelson Werneck Sodré in the sixties of the last century. Sodré has developed a complex and sophisticated theory in search of understanding the Brazilian reality and its historical dynamics. Treated anyway to unravel the historical particularity of Brazilian social formation, the necessity of the revolution, its nature and driving forces. On account of the gross distortion of thought of this author, it seems important to present a synthetic exposition that seeks to clarify the reality presented in his most important works.

Keywords: slavery, feudalism, capitalism, imperialism, revolution.